FEST – Fundação Espírito-santense de Tecnologia

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e relatório dos auditores independentes

C.F.A. Consultoria, Finanças e Auditoria Independente S/S

C.F.A. Consultoria, Finanças e Auditoria Independente S/S

Rua Italina Pereira Mota, 440 – Sala 204
Ed. Plaza Shopping – Jardim Camburi
CEP: 29090-370 – Vitória, ES
(27) 3337-4291 – E-mail: cfa@cfacons.com.br

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Conselheiros e Administradores
FEST – Fundação Espírito-santense de Tecnologia

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Espírito-santense de Tecnologia que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Espírito-santense de Tecnologia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável pela apresentação na Nota 17, de determinadas informações requeridas pelo Ato Normativo MPES nº 003/2012. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler as informações apresentadas na citada Nota e, ao fazê-lo, considerar se essa informação está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as Normas Contábeis adotadas no Brasil ou se apresenta distorção relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante nessa Nota Explicativa, somo requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002) e às pequenas e médias empresas (NBC TG 1.000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração e o Conselho pretendam liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou que não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos nosso julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como mantemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria, apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas em evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as respectivas transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros assuntos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2018, cujos respectivos saldos são apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório datado de 27 de abril de 2019 não conteve modificações.

Vitória, ES, 06 de abril de 2020.

C.F.A. Consultoria, Finanças e Auditoria Independente S/S
CRC-ES 2.017/O-4

Albert Anthony Sholl
Sócio
Contador CRC-ES 8.894/O-7

FEST – Fundação Espírito-santense de Tecnologia

Balanço patrimonial em 31 de dezembro

Em reais

	Nota	2.019	2.018
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.909.123	2.881.363
Créditos vinculados a contratos e projetos	5	321.765.838	182.043.606
Demais ativos		400	1.468
		327.675.361	184.926.437
Não circulante			
Depósitos judiciais	6	38.313	38.313
Imobilizado	7	118.257	123.009
		156.570	161.322
		327.831.931	185.087.759

	Nota	2.019	2.018
PASSIVO			
Passivo circulante			
Obrigações trabalhista e fiscais	8	405.782	326.706
Débitos vinculados a contratos e projetos	5	320.202.329	180.406.972
Demais passivos		53.277	85.567
		320.661.388	180.819.245
Não circulante			
Provisão para contingências	6	560.515	560.515
Patrimônio líquido	9	6.610.028	3.707.999
		327.831.931	185.087.759

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

FEST – Fundaçâo Espírito-santense de Tecnologia

Demonstração do Superávit

Semestres findos em 31 de dezembro

Em reais

	Nota	2.019	2.018
Receita Estatutária			
Gerenciamento de contratos e projetos		6.742.348	4.265.688
Outras receitas			17.003
(-) Devolução de recursos		(69.268)	(3.657)
Receita operacional bruta		6.673.080	4.279.034
Despesas (receitas) operacionais			
Pessoal e encargos sociais	**10**	(2.829.169)	(1.558.598)
Administrativas e gerais	**11**	(945.182)	(882.855)
Despesas com depreciações	**7**	(26.403)	(9.789)
Financeiras			
. Receitas		122.315	67.521
. Despesas		(28.310)	(42.296)
Outras despesas (líquidas)		(64.302)	(1.519)
		(3.771.051)	(2.427.536)
Superávit do exercício		2.902.029	1.851.498

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

FEST – Fundação Espírito-santense de Tecnologia

Demonstração das mutações do patrimônio social

Em reais

	Patrimônio de instituidores	Superávit (déficit) acumulado	Patrimônio social	Superávit (déficit) do exercício	Total
Em 1º de janeiro de 2018	17.064	1.389.166	1.406.230	607.689	2.013.919
Ajuste de exercícios anteriores		(157.418)	(157.418)		(157.418)
Transferência para patrimônio social		607.689	607.689	(607.689)	
Superávit do exercício				1.851.498	1.851.498
Em 31 de dezembro de 2018	17.064	1.839.437	1.856.501	1.851.498	3.707.999
Transferência para patrimônio social		1.851.498	1.851.498	(1.851.498)	
Superávit do exercício				2.902.029	2.902.029
Em 31 de dezembro de 2019	17.064	3.690.935	3.707.999	2.902.029	6.610.028

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

FEST – Fundação Espírito-santense de Tecnologia

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	2.019	2.018
Fluxo de caixa das:		
Atividades operacionais		
Superávit do exercício	2.902.029	1.851.498
Ajustes para reconciliar o resultado à geração de caixa proporcionada pelas operações:		
. Depreciação e amortização	26.403	11.755
. Ajustes de exercícios anteriores		(157.418)
Superávit (déficit) ajustado	2.928.432	1.705.835
Variações em ativos e passivos operacionais		
. Ativos vinculados a projetos	(139.722.232)	(93.156.053)
. Passivos vinculados a projetos	138.107.338	90.069.337
. Demais ativos circulantes	1.067	(1.468)
. Demais passivos circulantes	1.734.805	2.126.658
. Depósitos judiciais		1.414.974
. Provisão para contingências		560.515
Caixa gerado (aplicado) nas operações	3.049.410	2.719.798
Atividades de investimento		
. Aquisição de imobilizado tangível	(21.650)	(91.505)
Caixa aplicado nos investimentos	(21.650)	(91.505)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	3.027.760	2.628.293
Caixa e equivalentes no inicio do semestre	2.881.363	253.070
Caixa e equivalentes no fim do semestre	5.909.123	2.881.363

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A FEST – Fundação Espírito-santense de Tecnologia, instituída em 18 de fevereiro de 1999, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, possuindo sede na Av. Fernando Ferrari, 845 – Campus Universitário de Goiabeiras, em Vitória, e são seus objetivos a pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais, atuando em educação e desenvolvimento da ciência e tecnologia. O desenvolvimento de suas atividades pode ser efetuado em âmbito nacional.

Constituir-se enquanto entidade capaz de empreender iniciativas, em regime de convênios e contratos de parcerias, tem sido um dos objetivos estratégicos da entidade que se pretende firmar no sentido de captação e gerenciamento de recursos e no fomento de ações que minimizem as consequências geradas por condições econômicas e políticas atuais. Enquanto organização social com valores norteados pela transparência, ética e diálogo interno, a FEST desenvolve projetos por meio de programas, tanto da Universidade (MEC) quando de empresas e organizações da sociedade civil, proporcionando benefícios tanto no âmbito acadêmico quanto no do social – a coletividade em sentido amplo.

Os recursos que garantem a consecução dos seus objetivos sociais são aportados por pessoas jurídicas, além de entidades governamentais.

A fundação, portanto, encontra-se inserida em macro contexto que se sujeita a influências de políticas públicas relacionadas com o desenvolvimento acadêmico, científico e tecnológico, assim como pelo planejamento e implantação de iniciativas socioeducativas e assistenciais por partes de entes da iniciativa privada, como suas contrapartidas para as comunidades em que se encontram inseridas.

2. Base de preparação

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis são apresentadas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas nas Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em particular a NBC TG 1.000(R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aplicada em conjunto com a Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1) – Entidades sem fins lucrativos. As demonstrações contábeis foram aprovadas para divulgação em 26 de março de 2020.

(b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (moeda funcional da entidade) e foram preparadas com base no custo histórico.

(c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade é necessário utilizar o melhor julgamento possível para determinar através de estimativas, critérios e valores para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da entidade incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos, contingências e outras similares. A liquidação das transações e saldos apurados pela aplicação dessas estimativas poderá apresentar variações em relação aos valores originalmente considerados.

Estimativas e premissas são revisadas periodicamente e eventuais efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no exercício em que a estimativa foi revisada ou em exercícios futuros que venham a ser afetados.

(d) Continuidade operacional

Os responsáveis pela governança corporativa da entidade avaliaram a adequação do uso da base de continuidade operacional, mediante a revisão da série histórica de geração de superávits, os indicadores operacionais relevantes, os orçamentos operacionais e as ações administrativas empreendidas para aprimorar a gestão de contratos e projetos, passando a atuar de forma proativa na busca de novos convênios e contratos com novos parceiros e com os já existentes.

(e) Eventos subsequentes

Após a data de apuração das demonstrações, a epidemia de Corona Vírus (COVID-19) que teve origem na China, apresentou no Brasil ocorrências de pessoas infectadas o que veio a determinar em 20 de Março de 2020, o reconhecimento do "status" de epidemia, com a determinação de medidas de distanciamento social para pessoas que apresentassem os sintomas da doença, assim como para determinadas pessoas que foram classificadas como "grupos de risco" em função de apresentarem histórico de pré-existência de ocorrências clínicas, que as tornam mais suscetíveis à letalidade, caso viessem a contrair a COVID-19.

Especificamente em relação à FEST, os responsáveis pela Governança Corporativa tomaram as medidas administrativas requeridas objetivando salvaguardar a integridade física de seus colaboradores que, na sua maior parte, passaram a desenvolver seus trabalhos nos próprios domicílios ou, quando praticável, atuando em ambientes controlados (ensaios de laboratório, entre outros). As atividades presenciais na sede da Fundação foram reduzidas ao mínimo indispensável e as atividades relacionadas a pesquisas de campo foram suspensas, de comum acordo com as entidades e empresas parceiras.

Apesar das estimativas de duração da crise epidemiológica sinalizem que deverá estender-se até julho de 2020, não foram recebidos pedidos formais por parte de entidades e empresas parceiras quanto à suspensão ou encerramento de projetos em curso e, adicionalmente, alguns parceiros apresentaram demandas por novos projetos, o que representa, neste momento, uma sinalização positiva quanto à manutenção no decorrer de 2020 dos níveis normais de atividade (após o necessário período requerido de afastamento social, para evitar a aceleração dos níveis de infecção. Concluindo, é provável que determinadas diretrizes e metas enunciadas no Plano de Gestão 2020 venham a requerer algum nível de ajuste ou "sintonia fina" mas, considerando o cenário atual, não é previsível nenhum efeito de redução relevante quanto ao nível de atividades (e os respectivos fluxos financeiros) planejados para a Fundação.

3. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

(a) Apuração do superávit (déficit)

O superávit (déficit) do exercício é apurado pelo regime de competência, levando em consideração as seguintes particularidades:

(i) Receitas de administração de convênios, contratos e projetos – são reconhecidas quando todos os riscos e benefícios significativos inerentes ao serviço (projeto) são transferidos para o contratante; e

(ii) Resultado financeiro – para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que sujeitam-se a juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva (contratual), que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros de caixa relativos à vida estimada do instrumento financeiro ou em período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa quanto à sua realização.

(b) Instrumentos financeiros

A entidade adotou as disposições as Seção 11 da NBC TG 1.000 para fins de reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela entidade são: caixa e equivalentes de caixa, ativos e passivos vinculados a convênios, contratos e projetos, contas a pagar a fornecedores, obrigações sociais, assim como trabalhistas e previdenciárias. Tais instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado considerando, quando aplicável, a taxa efetiva de juros. Dada á natureza desses instrumentos e à sua realização e/ou liquidação no curto prazo, os correspondentes saldos contábeis podem ser considerados como próximos aos de mercado.

(c) Ativos circulante e não circulante

Um ativo é reconhecido quando se trata de recurso controlado pela entidade, decorrente de eventos passados e do qual se estima que resultem benefícios econômicos futuros.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro em espécie mantido em contas bancárias de livre movimentação e de aplicações financeiras como demonstrado na Nota 4.

O ativo imobilizado é apresentado ao custo de aquisição. A depreciação é apurada pelo método linear e leva em consideração as vidas úteis abaixo:

	Vida estimada em anos:
Equipamento de informática e softwares	5
Móveis e utensílios e equipamentos de escritório	10
Máquinas e equipamentos	10

Os demais ativos circulantes e não circulantes, são apresentados ao valor de custo, incluindo quando aplicável os rendimentos proporcionais auferidos e as variações em indexadores contratuais, além de, quando aplicável, ajustes aos prováveis valores de realização.

(d) Passivos circulante e não circulante

Um passivo é reconhecido quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída decorrente de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para a

sua liquidação. As provisões são registradas tendo por base as melhores estimativas da administração e de seus assessores legais quanto aos riscos envolvidos.

Os demais passivos são demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

(e) Regime especial de tributação

A FEST, por tratar-se de instituição sem fins lucrativos, está isenta do recolhimento dos impostos e contribuições federais (Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), conforme disposto na Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, com exceção do PIS – Programa de Integração Social, calculado à alíquota de 1% sobre a folha de pagamento de salários.

(f) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a NBC TG 1.000(R1).

(g) Informações por segmento

Não requerida, uma vez que as operações da entidade são exclusivamente sem fins lucrativos relacionadas com atividades que constituem o objeto social, qual seja, as de caráter educacional e de apoio e desenvolvimento da ciência e tecnologia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro	
	2.019	**2.018**
Bancos conta movimento		910
Aplicações financeiras	5.857.341	2.831.679
Caderneta de poupança	51.783	48.774
	5.909.123	2.881.363

As aplicações financeiras sujeitam-se a remunerações consentâneas às habitualmente praticadas pelo mercado, em condições e prazos equivalentes.

5. Créditos e obrigações vinculados a contratos e projetos

	31 de dezembro	
	2.019	**2.018**
Créditos		
Caixa e equivalentes de caixa		
. Contas bancárias	448.397	353.123
. Aplicações financeiras	26.016.412	24.748.556
. Caderneta de poupança	67.873.710	23.670.439
Contas a receber	227.405.288	133.236.411
Valores a restituir	22.031	35.077
	321.765.838	182.043.606
Débitos		
Obrigações fiscais e sociais	3.756.674	2.068.655
Gerenciamento de projetos	155.073.474	110.973.702
Convênios/contratos/termos de parceria	161.350.181	67.181.303
Valores a pagar	22.000	183.313
	320.202.329	180.406.972

6. Depósitos judiciais e contingências

	Em Reais	
	2.019	**2.018**
Depósito judicial - INSS	38.313	38.313
ISSQN a devolver vinculado a depósitos judiciais	560.515	560.515

7. Imobilizado

	Em Reais	
	2.019	**2.018**
Móveis e utensílios	62.849	70.296
Máquinas e equipamentos	15.260	9.104
Equipamentos de informática	40.148	43.609
	118.257	123.009

Movimentação das contas durante o semestre (valores em Reais):

	Saldo inicial	Movimento do semestre		Saldo final
		Adições	Baixas	
Imobilizado tangível				
Móveis e utensílios	92.453	1.980		94.433
Máquinas e equipamentos	17.511	8.611		26.122
Equipamentos de informática	64.725	11.060		75.785
	174.689	21.651		196.340
Depreciação acumulada				
Móveis e utensílios	(22.157)	(9.427)		(31.584)
Máquinas e equipamentos	(8.407)	(2.455)		(10.862)
Equipamentos de informática	(21.116)	(14.521)		(35.637)
	(51.680)	(26.403)		(78.083)

A depreciação do exercício totalizou R$ 26.403 (2018 – R$ 11.755) e foi integralmente apropriada às operações da entidade, na apuração do superávit.

8. Obrigações trabalhistas e fiscais

	Em Reais	
	2.019	**2.018**
Folha de pagamento a pagar	76.498	96.463
Férias a pagar	181.081	164.445
INSS a recolher sobre folha de pagamento	59.885	36.050
FGTS a recolher	10.474	11.500
IRRF sobre salários	10.430	16.409
PIS sobre folha de pagamento	1.751	1.839
Outras obrigações	65.663	
	405.782	326.706

9. Patrimônio líquido

Representado pela dotação inicial integralizada pelos instituidores, acrescida ou reduzida, respectivamente, dos superávits ou déficits apurados ao término de cada exercício social.

As mutações significativas verificadas nos semestres relacionam-se com a apuração de superávit de R$ 2.902.029 (2.018 – R$ 1.851.498).

10. Despesas com pessoal e encargos sociais

	Em Reais	
	2.019	**2.018**
Salários e ordenados	1.145.624	664.101
Férias	270.826	128.119
13° salário	118.879	115.953
Bolsas	1.234	
Horas extras		8.746
Auxílio alimentação	310.236	150.511
Plano de saúde	273.889	135.927
GRRF		6.239
INSS Patronal	444.685	215.684
FGTS	120.100	62.754
Outras despesas com pessoal	143.696	70.564
Despesas com pessoal	2.829.169	1.558.598

11. Despesas administrativas e gerais

	Em Reais	
	2.019	**2.018**
Serviços prestados por terceiros	511.211	548.461
Manutenção	105.631	155.489
Marketing	9.689	8.826
Prêmio de seguros	57.540	1.927
Agua, energia, comunicação	41.802	27.207
Internet	5.400	7.284
Materiais administrativos e de uso e consumo	18.412	15.959
Máquinas e equipamentos	10.559	4.005
Locação de bens	35.002	21.791
Fretes e correios	30.821	4.586
Conservação e limpeza	26.767	8.160
Tributárias	16.266	4.251
Viagens e estadias	25.699	17.315
Outras despesas	50.383	57.594
	945.182	882.855

12. Cobertura de seguros

A Administração da entidade contratou cobertura de seguros que objetivam cobrir os riscos considerados mais significativos relativamente ás operações sociais e responsabilidade contra terceiros.

13. Não remuneração dos Conselhos de Administração e Curador

Os Conselheiros e demais associados da FEST não são remunerados, seja a que título for, sendo-lhes expressamente vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

14. Aplicação dos recursos

Todos os recursos captados pela entidade são integral e exclusivamente aplicados no país, nas atividades relacionadas a seu objeto social e no custeio das atividades administrativas de apoio, em estrita conformidade com o Estatuto Social.

15. Renúncia Fiscal

A renúncia fiscal é um incentivo governamental em favor das entidades sem fins lucrativos, cujo objetivo seja a geração de benefícios sociais e econômicos para a sociedade na qual estão inseridas. Tais renúncias fiscais decorrentes da não cobrança de tributos federais, estaduais e municipais sobre as receitas e superávits auferidos pela entidade foram reinvestidas nas atividades relacionadas com o objeto social, como definido no Estatuto Social da FEST.

16. Informações requeridas pelo Ato Normativo nº 003/2012

Para o atendimento de requisitos do citado Ato Normativo, são apresentadas as informações abaixo, as quais não são consideradas essenciais para a adequada apresentação patrimonial e financeira da Fundação:

a) Adimplência quanto a obrigações civis, comerciais, administrativas, tributárias, trabalhistas e previdenciárias e outras disposições deste Ato Normativo.

A FEST cumpre rigorosa e pontualmente suas obrigações, como referidas no tópico. Com relação à interpretação de certas determinações da legislação tributária, com as quais a FEST não concorda, os consultores jurídicos ajuizaram ações contestando importâncias cobradas pelas autoridades fiscais. No presente momento não é possível prever qual será o desfecho de tais ações.

b) Fundação de utilidade pública e/ou qualificada como sociedade civil de interesse público ou beneficiária de isenção de imposto de renda.

Com relação aos aspectos de "fundação de utilidade pública e/ou qualificada como organização da sociedade civil de interesse público" estes não se aplicam à FEST. Na qualidade de Fundação, ao amparo de disposições constitucionais e, ainda, do pleno atendimento aos arts. 9, IV e 14 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional) a FEST goza de isenção de imposto de renda e tem cumprido regularmente os requisitos, tais como: (i) não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio e de suas rendas, a qualquer título; (ii) aplicar integralmente no País os seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais; (iii) manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

c) Compatibilidade entre o orçamento e a obtenção de recursos, os aspectos econômico-financeiros e contábeis.

Como evidenciado nas demonstrações contábeis do semestre findo em 31 de dezembro de 2019, a compatibilidade a que se refere o presente tópico está expressa: (i) pelo superávit apurado no montante de R$ 2.902.029; (ii) por apresentar superávits acumulados até dezembro de 2018 que somam R$ 3.690.935 e, finalmente, por apresentar contínuo incremento de seu

caixa e equivalentes de caixa, cujo saldo ao final do semestre era de R$ 5.909.123. Tais saldos evidenciam a suficiência de recursos obtidos face às necessidades de aplicação nas atividades contempladas pelo objeto social – atividades de ensino e desenvolvimento tecnológico – executadas mediante a gestão de contratos e projetos de entidades e empresas para as quais a FEST executa o gerenciamento e execução. Da mesma forma, os aspectos econômicos e financeiros encontram-se expressos nas demonstrações contábeis e respectivas Notas Explicativas.

d) Pertinência das remunerações pagas pela fundação.

As remunerações pagas pela FEST a seus empregados seguem rigorosamente as convenções coletivas de trabalho firmadas com o respectivo Sindicato de Classe.

e) Emprego, pela fundação, de sua atividade, seu patrimônio e seus recursos nos fins para os quais foi instituída.

A FEST desde a sua constituição em 18 de fevereiro de 1999 aplica seu patrimônio integralmente nas atividades e finalidades para as quais foi constituída, tendo nesse período gerenciado e executado centenas de contratos e projetos, contribuindo tanto para o ambiente acadêmico quanto para a sociedade em geral – pelo gerenciamento e execução de contratos e projetos de empresas da iniciativa privada que a escolheram para operacionalizar ações socioeducativas, assistenciais e de cumprimento de termos de adequação de conduta, com isso concedendo contrapartida às comunidades nas quais se encontram inseridas. Como devidamente evidenciado nas demonstrações contábeis, em particular as demonstrações do superávit e do fluxo de caixa, seu patrimônio e recursos são aplicados exclusivamente nas atividades para as quais foi instituída.

* * * * *